

# ~~Dívida externa e agiotagem~~

**Barbosa Lima Sobrinho**

**N**uma entrevista com o título *A espiral de desastre*, publicada na revista *Veja*, o professor Berg-Schlosser recorda que “nada encheu os alemães de tanta amargura, e de tanto ódio — e os preparou tão bem para Hitler —, como a inflação. Hoje os alemães têm verdadeiro pavor só diante da palavra inflação”.

Reporta-se ele à inflação de 1923 que, iniciada com as despesas da guerra, tomou impulso alucinante naquele ano, quando a emissão excedeu três quadrilhões de marcos em agosto, em outubro alcançou 524 quintilhões, e custou a reunir papel para a impressão das cédulas de que precisava. Valia de pretexto, para essas emissões, a necessidade de atender às reparações de guerra, consideradas muito acima dos recursos com que contava o país. Fixadas em 132 bilhões de marcos ouro, justificavam, de alguma forma, a reação alemã. O professor Berg-Schlosser avalia que equivaleriam, atualmente, a 31,5 bilhões de dólares, o que estava, naquela época, muito acima da capacidade de pagar da Alemanha derrotada numa guerra de quatro anos. A Alemanha, afirma o professor da Universidade de Philipps, não estava em condições de cumprir o Tratado de Versalhes.

No Brasil, não foi apenas o montante dos empréstimos externos existentes, mas também o que o professor Berg-Schlosser classifica como a “armadilha dos juros”. “O Brasil, diz ele, foi vítima dessa armadilha, e precisa sair dela”. Os famosos juros flutuantes que Fidel Castro considerava indecentes chegaram a alcançar 20 por cento e suprimiram a possibilidade de seu pagamento. Um resultado que John Maynard Keynes previa para a Alemanha em 1919, levando-o a renunciar à posição que ocupava, na Conferência de Paris, como delegado do Tesouro da Inglaterra. No livro que publicou naquele mesmo ano de 1919, ele já achava que “a vitória da reação na Alemanha seria vista por todos como ameaça à segurança da Europa”. Não valeriam essas palavras como previsão do que seria o triunfo hitlerista na Alemanha? Levada, pelo peso das reparações, à uma solução de desespero?

Essa “armadilha dos juros”, a que se refere o professor alemão, foi ultimamente estudada na Câmara dos Deputados por um representante de Pernambuco, portador de um nome ilustre, como filho de Marcos Freire, o deputado Luiz Freire, apoiando-se nas pesquisas de Sebastião Barreto Campelo. Na tabela que acompanha o seu discurso, confirma que esses juros subiram mais de 20 por cento, em 1982, o que obrigou o Brasil a pagar 12.500 bilhões de dólares. A partir de 1981, a média dos pagamentos feitos pelo Brasil, num período de cinco anos, até 1985, dava 11.150 bilhões de dólares, coincidindo com a marcha da inflação brasileira. Pois, para atender a quantias tão elevadas, teve, naturalmente, que fazer a Casa da Moeda trabalhar em ritmo de 24 horas. Para jorrar as cédulas com que adquirir os dólares de que precisava, com a cotação da moeda americana refletindo a urgência e o vulto de sua procura.

Por sinal que o deputado Luiz Freire procurava explicar a razão pela qual os juros estavam subindo tanto. Dizia ele

“Parte da dívida brasileira foi provocada pelo déficit do Tesouro americano, o qual, elevando os juros internacionais, obrigou-nos a tomar sucessivos empréstimos para pagá-los. Por esta razão o Brasil deve realizar uma auditoria da dívida externa e expurgar esses sobrejuros, pagos indevidamente, abatendo-os do valor da nossa dívida.”

Não ficaram aí as informações esclarecedoras do deputado Luiz Freire. Observa ele que “nesse irresponsável endividamento aceitamos spreads mais altos do mundo, cláusulas leoninas, e saldamos os juros com novos empréstimos, na ânsia de rolar a dívida durante cada gestão, nos sucessivos ministros da velha e nova República, que desejavam deixar o problema para os seus sucessores.”

Nem era outra causa a expressão “rolar a dívida”. Ou empurrá-la com a barriga, exigindo ministros de ventre proeminente. Nem havia necessidade de prestar atenção ao volume da dívida, sobretudo quando os credores só faziam questão fechada do pagamento dos juros. O principal poderia ser adiado indefinidamente, até mesmo como razão para o pagamento dos juros, que tomavam assim o sentido de uma contribuição colonial. E uma reivindicação de prazo maior nenhum credor rejeita, se os juros continuam a ser pagos, mesmo com o sacrifício dos povos onerados pelos seus pagamentos. E será que os credores estão pensando, sequer, na existência desses povos sacrificados?

Até mesmo porque uma política de rolar dívida, ou de feijão com arroz, não chega a ser novidade. Pode-se dizer que vem do século passado, pagando empréstimos vencidos com novos empréstimos, e achando que tudo vai no melhor dos mundos, na República de Pangloss. E tudo é possível, desde que seja paga a contribuição colonial. Será que os credores acreditam na existência do povo brasileiro?

Os sobrejuros capitalizados elevaram consideravelmente a dívida brasileira, chegando a alcançar, no cálculo do deputado José Freire, a 63,6 bilhões de dólares.

Conclui o deputado Luiz Freire que uma dívida de 110 bilhões de dólares se reduziria a cerca de 46,4 bilhões de dólares, deduzidos os juros ilegítimos.

Enquanto os países devedores não se entenderem para a formação de um cartel, com que enfrentar o pool dos banqueiros, tudo será difícil. Embora essa dívida monstruosa do Terceiro Mundo tenha sido um grande negócio para os próprios banqueiros, que desejavam alívio para o pagamento da remuneração devida aos imensos depósitos de petrodólares. Suponho que nem 30 por cento dessa dívida se aplicou, realmente, no desenvolvimento econômico não só do Brasil, como de todos os países com que se forma o Terceiro Mundo. Muitos e muitos desses empréstimos se destinaram tão-somente ao pagamento de juros de dívidas vencidas. Embora viesse com o rótulo de dinheiro novo.

O ex-ministro Funaro calculava em cerca de 23 por cento da poupança brasileira o que se desvia para o pagamento dos juros da dívida externa. Num país em que não faltava o coaxar de um coro, para repetir que o Brasil não tinha capital, o Brasil não tinha poupanças.